

Concessionária Litoral Norte S.A. - CLN

*Demonstrações Financeiras Referente ao
Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2015
e Relatório dos Auditores independentes*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Concessionária Litoral Norte S.A. - CLN
Camaçari - BA

Introdução

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária Litoral Norte S.A. - CLN (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido (“DTTL”), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro constituem entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada “Deloitte Global”) não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Concessionária Litoral Norte S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfases

Diligências envolvendo partes relacionadas da Companhia


Sem ressaltar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa nº 1.3 às demonstrações financeiras, que inclui informações referentes a fatos sob investigação envolvendo acionistas e partes relacionadas da Companhia no âmbito da operação “Lava Jato”. O entendimento da Administração sobre esse assunto, atualmente em andamento, está descrito na referida nota explicativa, e seu desfecho e eventual efeito para os acionistas ou para a Companhia não é conhecido.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar, pois sua apresentação não é requerida pela legislação societária brasileira para companhias fechadas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 3 de maio de 2016


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC 2SP 011.609/O-8 “F” RJ


Antonio Carlos Brandão de Sousa
Contador
CRC 1RJ 065.976/O-4

CONCESSIONÁRIA LITORAL NORTE S.A. - CLN

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
<u>ATIVO</u>			
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	3.331	4.983
Aplicações financeiras	4	1.624	-
Contas a receber	5	1.601	1.075
Impostos a recuperar	6.a	73	1.244
Estoques		17	-
Despesas antecipadas		253	206
Parte relacionada	7	2	2
Outros		2	2
Total do ativo circulante		<u>6.903</u>	<u>7.512</u>
NÃO CIRCULANTE			
Aplicação Financeira	4	2.543	2.650
Depósitos judiciais	11	825	697
Imobilizado	8	1.578	1.731
Intangível	9	114.217	117.203
Outros		325	371
Total do ativo não circulante		<u>119.488</u>	<u>122.652</u>
TOTAL DO ATIVO		<u><u>126.391</u></u>	<u><u>130.164</u></u>
<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>			
CIRCULANTE			
Fornecedores		2.643	3.755
Empréstimos e financiamentos	10	6.179	8.753
Impostos a recolher	6.c	781	630
Obrigações com empregados e administradores		2.126	1.947
Parte relacionada	7	3.987	4.328
Juros sobre capital próprio a pagar e dividendos obrigatórios	12.c	1.346	-
Outros		32	42
Total do passivo circulante		<u>17.094</u>	<u>19.455</u>
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos	10	38.793	44.862
Juros sobre capital próprio a pagar e dividendos obrigatórios	12.c	-	1.897
Impostos a recolher	6.c	632	573
Impostos diferidos	6.b	3.305	3.442
Provisões para riscos cíveis e trabalhistas	11	202	139
Outros		152	109
Total do passivo não circulante		<u>43.084</u>	<u>51.022</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	12.a	31.394	31.394
Adiantamento para futuro aumento de capital	12.b	17.170	17.170
Reserva de capital	12.d	777	777
Reservas de lucros	12.c /d	16.872	10.346
Total do patrimônio líquido		<u>66.213</u>	<u>59.687</u>
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u><u>126.391</u></u>	<u><u>130.164</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA LITORAL NORTE S.A. - CLN

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Receita operacional líquida	13	44.975	42.462
Receita de construção	13	1.547	22.166
Custo dos serviços prestados	13	(24.492)	(25.062)
Custo de construção	13	<u>(1.534)</u>	<u>(21.947)</u>
LUCRO BRUTO		<u>20.496</u>	<u>17.619</u>
Receitas (despesas) operacionais			
Gerais e administrativas	13	(10.306)	(10.919)
Outras receitas, líquidas	13	<u>10</u>	<u>117</u>
Total		<u>(10.296)</u>	<u>(10.802)</u>
RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS			
Receitas financeiras	14	987	463
Despesas financeiras	14	<u>(2.747)</u>	<u>(3.577)</u>
Total		<u>(1.760)</u>	<u>(3.114)</u>
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		8.440	3.703
Imposto de renda e contribuição social		<u>(1.110)</u>	<u>(876)</u>
Corrente	6.d	(1.247)	(886)
Diferido	6.d	<u>137</u>	<u>10</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>7.330</u>	<u>2.827</u>
Lucro líquido básico e diluído por ação (em Reais - R\$)	15	<u>0,233</u>	<u>0,090</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA LITORAL NORTE S.A. - CLN

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(em milhares de reais)

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	<u>7.330</u>	<u>2.827</u>
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	<u>-</u>	<u>-</u>
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u><u>7.330</u></u>	<u><u>2.827</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA LITORAL NORTE S.A. - CLN

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
 (Em milhares de reais)

	Capital Social subscrito	Adiantamentos para futuro aumento de capital	Reserva de capital	Reservas de lucros				Lucros acumulados	Total
				Legal	Investimentos	Especial	Incentivos fiscais		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	31.394	17.170	777	671	7.174	-	211	-	57.397
Transferência de reservas	-	-	-	-	(7.174)	7.174	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	2.827	2.827
Destinação do lucro líquido									
Reserva de incentivos fiscais	-	-	-	-	-	-	566	(566)	-
Reserva legal	-	-	-	113	-	-	-	(113)	-
Dividendo mínimo obrigatório (R\$ 0,1711 por ação)	-	-	-	-	-	-	-	(537)	(537)
Reserva especial	-	-	-	-	-	1.611	-	(1.611)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	31.394	17.170	777	784	-	8.785	777	-	59.687
Reversão de dividendos	-	-	-	-	-	537	-	-	537
Incentivo fiscal	-	-	-	-	-	-	170	-	170
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	7.330	7.330
Destinação do lucro líquido									
Reserva de incentivos fiscais	-	-	-	-	-	-	1.579	(1.579)	-
Reserva legal	-	-	-	367	-	-	-	(367)	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	(935)	(935)
IR sobre juros capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	(165)	(165)
Dividendo mínimo obrigatório (R\$ 0,04288 por ação)	-	-	-	-	-	-	-	(411)	(411)
Reserva especial	-	-	-	-	-	3.873	-	(3.873)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	31.394	17.170	777	1.151	-	13.195	2.526	-	66.213

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA LITORAL NORTE S.A. - CLN

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		8.440	3.703
Ajustes:			
Depreciação e amortização	13	5.026	5.567
Resultado na alienação de imobilizado e intangível	8	110	124
Margem de construção		(13)	(219)
Variações monetárias e encargos, líquidos		2.320	2.892
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Contas a receber de clientes	5	(526)	(210)
Impostos a recuperar	6a	1.171	(921)
Estoques		(17)	-
Depósitos judiciais		(128)	(134)
Despesas antecipadas		(47)	(9)
Outros ativos		46	(245)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores		465	(1.736)
Obrigações com empregados e administradores		179	190
Impostos correntes		380	244
Impostos pagos		(1.247)	(934)
Partes relacionadas		(341)	2.730
Outras obrigações e contas a pagar		(69)	(32)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>15.749</u>	<u>11.010</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aplicações financeiras		(1.106)	(818)
Aquisição de imobilizado		(589)	(540)
Aquisição de intangível		(2.972)	(23.302)
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento		<u>(4.667)</u>	<u>(24.660)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Captação de empréstimos e financiamentos	10	-	61.637
Pagamento de empréstimos e financiamentos	10	(8.549)	(39.571)
Pagamento de juros de empréstimos e financiamentos	10	(2.825)	(4.125)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos		(1.360)	-
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamento		<u>(12.734)</u>	<u>17.941</u>
REDUÇÃO LÍQUIDA NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
		<u>(1.652)</u>	<u>4.291</u>
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa		4.983	692
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa		<u>3.331</u>	<u>4.983</u>
REDUÇÃO LÍQUIDA NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
		<u>(1.652)</u>	<u>4.291</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA LITORAL NORTE S.A. - CLN

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2015	31/12/2014
Receitas		52.371	69.571
Receita de Serviços	13	49.234	46.483
Receita de construção	13	1.547	22.971
Outras receitas		1.590	117
Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI)		(19.299)	(41.561)
Custos das mercadorias e serviços vendidos		(11.760)	(12.549)
Custo de construção	13	(1.534)	(21.947)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(5.704)	(6.897)
Outros custos		(301)	(168)
Valor adicionado bruto		33.072	28.010
Retenções		(5.026)	(5.567)
Depreciação e amortização	13	(5.026)	(5.567)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade		28.046	22.443
Valor adicionado recebido em transferência		987	463
Receitas financeiras	14	987	463
Valor adicionado total a distribuir		29.033	22.906
Distribuição do valor adicionado		29.033	22.906
Pessoal e encargos		10.081	9.268
Remuneração direta		7.394	6.863
Benefícios		1.634	1.497
FGTS		466	413
Outros		587	495
Impostos, taxas e contribuições		8.716	6.350
Federais		6.190	3.987
Estaduais		27	28
Municipais		2.499	2.335
Remuneração capital de terceiros		2.906	4.461
Juros	10	2.703	4.024
Aluguéis		159	78
Outras		44	359
Remuneração de capital próprio		7.330	2.827
Dividendos e JSCP		1.346	537
Constituição de reserva de lucros		5.984	2.290

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA LITORAL NORTE S.A. - CLN

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

1.1. Informações sobre a Companhia

A Concessionária Litoral Norte S.A. - CLN (“CLN” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 3 de fevereiro de 2000, com sede na Rodovia 099 BA - Estrada do Coco, Praça do Pedágio, Camaçari - BA.

A Companhia tem como objeto social operar e explorar, por meio da cobrança de pedágio e outras atividades pertinentes, a concessão da via denominada BA-099, sistema rodoviário Estrada do Coco - Linha Verde, de acordo com o Contrato de Concessão outorgado pelo Departamento de Infraestrutura de Transporte da Bahia - DERBA, em 21 de fevereiro de 2000.

A CLN é controlada pela Investimento e Participação em Infraestrutura S.A. - INVEPAR, que detém 91,49% do capital da Companhia, Odebrecht Transport S.A. detém 8,50% e a Oi S.A. detém 0,01%.

Em 27 de abril de 2005, visando restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, foi assinado o Termo Aditivo de Re-Ratificação ao Contrato de Concessão Remunerada de Uso de Bem Público nº 002/00, firmado entre a Companhia e a Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Energia, Transportes e Comunicações da Bahia - AGERBA (agência reguladora). Também ficou determinada a prorrogação do prazo do Contrato de Concessão por mais dez anos, passando a ter seu término em 20 de março de 2035.

Nesse mesmo Termo Aditivo foram determinados novos prazos para conclusão das obras, previstas no Contrato de Concessão. Em virtude da abertura de “rotas de fuga” por iniciativa da Prefeitura Municipal de Camaçari, a Companhia vinha enfrentando uma considerável queda em suas receitas operacionais, o que levou à suspensão das obras.

Em 14 de maio de 2015, foi assinado o 2º Termo Aditivo de Re-Ratificação ao Contrato de Concessão Remunerada de Uso de Bem Público nº 002/00, firmado entre a AGERBA e a CLN, nas seguintes premissas: autorização para exploração de receitas acessórias, criação de Taxa de Fiscalização para a AGERBA, alteração do Indexador de reajuste de tarifa para IPCA e ampliação do prazo de concessão em 15 anos. Assim, o item 1, da Cláusula XI, do Contrato de Concessão passa a ter a seguinte redação: (“Cláusula XI - Do Prazo da Concessão. O prazo de concessão é de 50 anos, contado da data de transferência do controle da Rodovia Principal do SISTEMA e acessos rodoviários para a CONCESSIONÁRIA”).

Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. A Companhia terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução tenham sido devidamente autorizadas pelo Poder Concedente, além de encargos e ônus decorrentes de multas por quebra de contrato com fornecedores e indenização por remuneração do capital pelo rompimento antecipado calculada com base na margem da receita prevista para o restante da concessão.

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo no montante de R\$10.046 (R\$11.943 em 31 de dezembro de 2014) devido, principalmente, ao reconhecimento de dívida de empréstimos e financiamentos de curto prazo. Caso a geração de caixa operacional não seja suficiente, os acionistas efetuarão aporte de recursos necessários à manutenção das atividades da CLN.

1.2. Vias alternativas

Rota de Fuga Vargem Grande

Em 3 de outubro de 2005, a Prefeitura Municipal de Camaçari moveu contra a Companhia, medida cautelar pleiteando a manutenção das vias de acesso “alternativas” (rotas de fuga) municipais, bem como liminar suspendendo as ações de bloqueio dessas vias pela Companhia. A Companhia apresentou recurso e obteve, em 7 de março de 2006, a revogação da referida liminar, considerando que a perda de receitas proveniente da evasão de pedágio afeta o equilíbrio econômico-financeiro do contrato. Em agosto de 2006, a 1ª Vara Cível de Camaçari julgou em primeira instância procedente a ação, determinando a abertura das vias de acesso “alternativas”. A Companhia interpôs Agravo de Instrumento no Tribunal de Justiça da Bahia que foi julgado improcedente e, posteriormente, Embargos de Declaração os quais foram negados provimento pela 3ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça da Bahia. Em 27 de junho de 2008, a Companhia protocolou no TJ-BA, Recurso Especial e Extraordinário para apreciação da admissibilidade. O Recurso Especial foi admitido pelo STJ e julgado improcedente em novembro de 2013, desta decisão a CLN apresentou Embargos de Declaração que foram julgados procedentes à unanimidade em maio de 2014. Tal decisão foi mantida pelo STF em dezembro de 2014. Com isso todos os julgamentos desfavoráveis à Companhia foram anulados para a realização de perícia, e posteriormente será proferida sentença na primeira instância.

Rota de Fuga Las Palmas

No ano de 2008, a Companhia moveu uma Ação Civil Coletiva contra o Estado da Bahia, AGERBA e Prefeitura Municipal de Camaçari objetivando o reconhecimento da via Las Palmas como uma rota de fuga e, conseqüentemente, o seu fechamento. No próprio ano de 2008, a Companhia obteve uma decisão liminar autorizando o fechamento da rota de fuga, decisão esta que foi suspensa pela presidência do TJ/BA quando do julgamento da Suspensão de Liminar proposta pelo Estado da Bahia. Cumpre salientar que além da dita suspensão o Estado da Bahia e a AGERBA interpuseram recurso de Agravo de Instrumento para a 2ª Câmara do TJ/BA, que foram julgados improcedentes à unanimidade pela turma julgadora. Com esta decisão, a Companhia requereu o cumprimento da decisão dos agravos sob a tese de que por ser posterior a decisão da Suspensão de Liminar, prevaleceria sobre esta, o que foi acatada inicialmente, pelo MM.

Juízo da 5ª Vara de Fazenda Pública que posteriormente voltou atrás em julgamento de Embargos de Declaração opostos pelo Município de Camaçari. Desta decisão a CLN interpôs Agravo de Instrumento obtendo decisão monocrática favorável e consequentemente fechando a Rota de Fuga. No entanto, em dezembro de 2013, a Turma julgou o Agravo de Instrumento interposto improcedente, o que ensejou que a Companhia apresentasse Recurso Especial que se encontra pendente de julgamento. A ação principal que julga o mérito encontra-se também pendente de julgamento, todavia, em 06 de março de 2014, o Estado da Bahia, através da Procuradoria Geral do Estado - PGE reconheceu no processo que Las Palmas é uma rota de fuga, pedindo ainda que o Juiz considerasse esse posicionamento quando da prolação de sentença.

A Administração entende, com base na opinião de seus assessores legais, que o bloqueio das rotas de fuga está amparado pelo Contrato de Concessão celebrado com o Governo do Estado da Bahia e que não é pertinente a fundamentação apresentada pela Prefeitura Municipal de Camaçari de disponibilização de vias alternativas, uma vez que esta não possui autorização formal do poder concedente para manutenção de vias de acesso municipais à rodovia BA-099 (rodovia estadual). Paralelamente, a Companhia anexou ao processo em questão a certidão expedida pelo Departamento de Infraestrutura de Transporte da Bahia -DERBA, em 20 de março de 2001, que menciona as vias de acesso alternativo à rodovia BA-099, a qual não considera as vias de acesso municipal.

1.3. Diligência em Empresas Partes Relacionadas

Em 12 de abril de 2016, uma diligência de busca e apreensão foi realizada na sede da controladora Invepar e em sua subsidiária Aeroporto de Guarulhos Participações S.A. ("GRUPAR"). O objeto dos mandados em questão (i) foi relacionado a temas específicos, entre eles, fatos relacionados ao acionista indireto OAS, que se encontra sob investigação no âmbito da operação "lava jato"; (ii) não continham nenhuma referência às concessões e atividades da Invepar ou demais controladas; e (iii) a controladora divulgou fato relevante em 12 de abril de 2016 esclarecendo os referidos acontecimentos ao mercado. A administração da CLN entende que não há qualquer indício que a Companhia venha a ser afetada pelos resultados das referidas investigações.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

2.1. Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram aprovadas em 3 de maio de 2016 pela Administração da Companhia.

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil - BRGAAP, as quais incluem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

2.2. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto pela valorização de certos instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo, conforme descrito a seguir.

A moeda funcional da Companhia é o real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras.

As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base na experiência da Administração. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis dos ativos imobilizados, prazo de amortização dos ativos intangíveis e de sua recuperabilidade, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras.

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito do valor contábil dos ativos e passivos, para os quais, os valores não são facilmente obtidos por outras fontes.

2.3. Informação por segmento de negócio

A Companhia possui uma única concessão e está organizada em uma única unidade de negócio.

2.4. Contratos de concessão - ICPC 01 (IFRIC 12)

A Companhia contabiliza o contrato de concessão conforme a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) (IFRIC 12), que especificam as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance. A infraestrutura dentro do alcance da ICPC 01 (R1) (IFRIC 12) não é registrada como ativo imobilizado da Companhia porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente ao término do contrato de concessão. A Companhia tem acesso apenas para operar a infraestrutura para prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente nos termos do contrato de concessão, atuando como prestador de serviço durante determinado prazo. A Companhia reconhece um intangível à medida que recebe autorização (direito) de cobrar dos usuários do serviço público e não possui direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com o prazo do contrato de concessão.

2.5. Reconhecimento de receita

Uma receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando a mesma puder ser mensurada de forma confiável.

a) Receita de serviço

As receitas provenientes de pedágio e receitas acessórias são reconhecidas pelo regime de competência, com base na utilização da rodovia pelos clientes e corresponde ao valor justo da contra prestação recebida pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

b) Receitas de construção

A Companhia contabiliza receitas relativas à construção das infraestruturas utilizadas na prestação dos serviços, seguindo o estágio da construção da referida infraestrutura, em conformidade com a interpretação técnica ICPC 01(R1).

A margem de construção é calculada, em montante suficiente para cobrir a responsabilidade primária da concessionária e os custos incorridos com o gerenciamento e acompanhamento das obras.

c) Receita de juros

A receita de juros é reconhecida com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros previstos durante a vida estimada do instrumento financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

2.6. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata, em um montante conhecido de caixa e com baixo risco de variação no valor de mercado, que são mantidos com a finalidade de gerenciamento dos compromissos de curto prazo da Companhia. Esses investimentos são avaliados ao custo, acrescidos de juros até a data do balanço, e marcados a mercado sendo o ganho ou a perda registrado no resultado do exercício.

2.7. Contas a receber

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor dos serviços prestados incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários.

2.8. Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor, e incluem os gastos incorridos para levar os itens a sua localização e condição de uso.

2.9. Despesas antecipadas

São demonstradas pelos valores efetivamente desembolsados e ainda não incorridos. As despesas antecipadas são apropriadas ao resultado à medida que os serviços relacionados são prestados e os benefícios econômicos são auferidos.

2.10. Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido das respectivas depreciações acumuladas calculadas pelo método linear a taxas que levam em consideração a vida útil econômica desses bens.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectivas, quando for o caso.

Também fazem parte do imobilizado, equipamentos estocados no almoxarifado que são avaliados ao custo médio de aquisição, que não excedem ao valor de mercado. O custo desses bens inclui gastos incorridos na aquisição, transporte e armazenagem dos materiais.

2.11. Intangível

Refere-se ao valor da exploração do direito de concessão e direitos de uso de software, registrados ao custo de aquisição, e ativos relacionados às infraestruturas da concessão, classificados como ativo intangível.

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

Os ativos intangíveis referentes ao direito da concessão são amortizados pelo método linear, pelo prazo remanescente da concessão, contados a partir da data de início da operação do ativo. Os demais itens do ativos intangível, com vida útil definida, são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste para análise de perda do seu valor recuperável.

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

2.12. Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas são classificadas como outras despesas operacionais.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

2.13. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo, e demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

2.14. Tributação

As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Nome do tributo	Sigla	Alíquota		
		Receitas de pedágio	Demais receitas	Receitas financeiras
Contribuição para o Programa de Integração Social	PIS	0,65%	1,65%	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	COFINS	3,00%	7,60%	4,00%
Imposto sobre serviço de qualquer natureza	ISS	2,00% a 5,00%	2,00% a 5,00%	-

A Companhia adota o regime híbrido de apuração de PIS e COFINS. Conforme CPC 30 (R1) (IAS 18), tais encargos são apresentados na linha de receita de serviços, reduzindo o que seria a receita bruta, na demonstração de resultado, juntamente com o ISS.

A tributação sobre o lucro do exercício compreende o Imposto de Renda Pessoa Jurídica (“IRPJ”) e a Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (“CSLL”), compreendendo o imposto corrente e o diferido, que são calculados com base nos resultados tributáveis (lucro tributável), às alíquotas vigentes nas datas dos balanços, sendo elas: (i) Imposto de renda - calculado à alíquota de 25% sobre o lucro tributável (15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240 no período de 12 meses); e (ii) Contribuição social - calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável. As inclusões ao lucro contábil de despesas temporariamente não dedutíveis ou exclusões de receitas temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos.

Os impostos diferidos ativos são decorrentes de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias e foram constituídos levando em consideração a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico de viabilidade, aprovado pela Administração.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributários futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas até a data do balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos serão apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

2.15. Benefícios aos empregados

A Companhia possui diversos planos de benefícios a empregados, incluindo assistência médica, participação nos lucros e resultados, dentre outros. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício quando a Companhia tem uma obrigação, com base em regime de competência.

Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos.

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são incorridas como despesas a medida que o serviço relacionado seja prestado.

A Companhia não concede plano de benefício pós-empregos para seus funcionários e administradores na modalidade de benefício definido.

2.16. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente, e os de curto prazo, somente quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

O ajuste ao valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

2.17. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Impostos

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados, como por exemplo: risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Participação nos lucros e resultado (“PLR”)

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados a qual metodologia de cálculo considera metas operacionais e financeiras divulgadas a seus empregados.

2.18. Demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC 03(R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa (IAS 7).

As demonstrações do valor adicionado foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

2.19. Instrumentos financeiros

a) Reconhecimento inicial e mensuração

Os instrumentos financeiros da Companhia são representados pelo caixa e equivalentes de caixas, contas a pagar, empréstimos e financiamentos. Os instrumentos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto os instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado, para os quais os custos são registrados no resultado do exercício.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são os empréstimos e financiamentos.

b) Mensuração subsequente

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou “prêmio” na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

2.20. Custos de empréstimos e financiamentos

Custos de empréstimos e financiamentos diretamente relacionados com aquisição ou construção de um ativo que requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo e financiamentos compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

2.21. Resultado por ação

O cálculo do resultado básico por ação é efetuado através da divisão do resultado do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais durante o mesmo período.

O resultado diluído por ação é calculado através da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais, respectivamente, que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias e preferenciais potenciais dilutivas em suas respectivas ações. A Companhia não possui instrumentos que poderiam diluir o resultado por ação.

2.22. A Companhia não adotou as IFRSs novas e revisadas a seguir, sendo os detalhes apresentados conforme abaixo:

Alteração IAS 12	Imposto de Renda
Alteração IAS 07	Demonstração dos Fluxos de Caixa
IFRS 9	Instrumentos Financeiros ²
IFRS 15	Receitas de Contratos com Clientes ²
IFRS 16	Operações de Arrendamento Mercantil ³
Modificações à IFRS 11 / CPC 19 (R2)	Acordo Contratual Conjunto ¹
Modificações à IAS 1 / CPC 26 (R1)	Iniciativa de Divulgação ¹
Modificações às IAS 16 / CPC 27 e IAS 38/CPC 04 (R1)	Esclarecimento dos métodos de depreciação e amortização aceitáveis ¹
Modificações às IAS 16 / CPC 27 e IAS 41 / CPC 29	Agricultura: Plantas portadoras ¹
Modificações à IFRS 10 / CPC 36 e IAS 28 / CPC 18	Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture ¹
Modificações à IFRS 10 / CPC 36 e IFRS 12 / CPC 45 e IAS 28 / CPC 18	Entidades de Investimento: Aplicando a Exceção de Consolidação ¹
Modificações as IFRSs	Melhorias anuais nas IFRSs ciclo 2012-2014 ¹

¹ Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de julho de 2016, com adoção antecipada permitida.

² Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de julho de 2018, com adoção antecipada permitida.

³ Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de julho de 2019, com adoção antecipada permitida.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Caixa e bancos	711	683
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	<u>2.620</u>	<u>4.300</u>
	<u>3.331</u>	<u>4.983</u>

As aplicações financeiras consideradas como equivalentes de caixa têm liquidez imediata e são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para outros fins. A Companhia considera aplicações financeiras de liquidez imediata aquelas que podem ser convertidas em um montante conhecido de caixa e sem risco de mudança de valor, sendo resgatáveis a qualquer momento. A taxa média de rentabilidade destas aplicações está entre 99% e 100% do CDI.

4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Taxa média	Indexador	Vencimento	31/12/2015	31/12/2014
<u>Circulante</u>					
Fundo mover (a)	100,73%		Nov/26		=
Certificados de Depósitos Bancários - CDB		DI		499	-
Letras financeiras do tesouro		SELIC		494	-
Títulos públicos federais - Tesouro Nacional		IPCA		40	-
Debêntures		DI		<u>591</u>	<u>-</u>
				<u>1.624</u>	<u>-</u>
<u>Não circulante</u>					
Certificados de Depósitos Bancários - CDB (b)	96% a 99%	DI	Dez/24	<u>2.543</u>	<u>2.650</u>

- a) Fundo de Investimento CAIXA Mover - é um Fundo de Investimento constituído sob a forma de condomínio aberto, com prazo indeterminado de duração e com possibilidade de resgate a qualquer momento. Destina-se, exclusivamente, a acolher investimentos da INVEPAR e/ou sempre mediante prévia autorização da INVEPAR, de empresas a ela ligadas através de participação, direta ou indireta, destina-se também a administração e a gestão da carteira e a controladoria de ativos. A escrituração da emissão e resgate de cotas do FUNDO são realizadas pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. Fazem parte deste fundo a Invepar, o Metro Barra, o Metrô Rio, a LAMSA e a CLN.
- b) As aplicações financeiras, registradas no ativo não circulante, referem-se a aplicações em certificados de depósitos bancários - CDB do Banco do Nordeste do Brasil. Tais aplicações são remuneradas entre 96% e 99% do índice dos certificados de depósito interbancário - CDI e mantidas até o vencimento pela Companhia por estarem diretamente vinculadas ao fundo de liquidez exigido por essa instituição para concessão do financiamento, tendo prazos de resgate semelhantes aos de sua liquidação.

5. CONTAS A RECEBER

	31/12/2015	31/12/2014
Valores a receber de pedágio	1.573	1.044
Outros	<u>28</u>	<u>31</u>
	<u>1.601</u>	<u>1.075</u>

Em 31 de dezembro de 2015, o saldo de contas a receber é de R\$1.601 (R\$1.075 em 31 de dezembro de 2014), cujo montante de R\$653 mil (R\$896 em 31 de dezembro de 2014) é referente a parte relacionada PEX S.A., empresa controlada por Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR. O montante de R\$715 mil em 31 de dezembro de 2015 é referente a CGMP - Centro De Gestão De Meios De Pagamentos S/A e R\$205 mil (R\$148 em 31 de dezembro de 2014) é referente a CONECTCAR S.A. Através da adesão aos meios de pagamentos supracitados, o usuário tem passagem expressa na praça de pedágio, sendo o valor da tarifa, automaticamente, debitado a partir de um sistema pré-pago. O prazo médio de recebimento é de 35 dias. (Ver Nota Explicativa nº 7).

6. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

a) Impostos a recuperar

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Imposto de renda e contribuição social (*)	49	1.230
IRRF - Aplicação Financeira	23	14
Outros	<u>1</u>	<u>-</u>
Circulante	<u>73</u>	<u>1.244</u>

(*) Antecipação do IRPJ e CSLL

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos

<u>Natureza</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Prejuízo fiscal	26	27
Base negativa da contribuição social	9	10
Provisão para Participação nos Lucros (PLR)	199	209
Provisão para riscos	69	47
Pis e Cofins - exigibilidade suspensa	168	137
Margem de construção (*)	(287)	(299)
Amortização do intangível (*)	(3.435)	(3.573)
Custo de emissão de dívidas - Taxa Efetiva (*)	(153)	(162)
Estudos e Projetos	-	58
Outros	<u>99</u>	<u>104</u>
Total	<u>(3.305)</u>	<u>(3.442)</u>
Imposto diferido - Ativo	570	534
Imposto diferido - Passivo	(3.875)	(3.976)

(*) Os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos registrados durante a vigência do RTT, até 31/12/2014, constituídos sobre margem de construção, amortização do intangível, custo de captação e estudos e projetos são amortizados em quotas fixas mensais no valor de R\$ 8, pelo prazo restante do contrato de concessão, conforme inciso IV art. 69 da Lei 12.973/14.

A Companhia constituiu tributos diferidos passivos referentes à adoção inicial das normas ICPC 01 e OCPC 05 referente a contabilização de concessões, em conformidade com o pronunciamento CPC 32 - Tributos sobre o Lucro.

Os créditos tributários diferidos foram constituídos no pressuposto de sua realização futura, que estabelece as condições essenciais para o reconhecimento contábil e manutenção de ativo diferido, decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social e diferenças temporárias.

Os estudos técnicos realizados pela Companhia, para suportar a manutenção dos valores contabilizados, confirmam a capacidade provável de geração de lucros tributáveis e a plena realização destes ativos.

Tais estudos correspondem às melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura dos resultados da Companhia. Nesse sentido, e devido à própria natureza das projeções financeiras e às incertezas inerentes às informações baseadas em expectativas futuras, principalmente no mercado no qual a Companhia está inserida, poderá haver diferenças entre os resultados estimados e os reais.

Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis, a controlada estima recuperar o crédito tributário decorrente de diferenças temporárias e prejuízos acumulados:

	<u>31/12/2015</u>
2016	301
2017	5
2018	6
2019	7
2020 a 2022	30
2023 a 2025	<u>221</u>
Total dos ativos fiscais diferidos	<u>570</u>
Total dos passivos fiscais diferidos	<u>(3.875)</u>
Total dos impostos diferidos	<u>(3.305)</u>

c) Impostos a recolher

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Pis e Cofins	184	169
ISS	280	317
IRRF e CSRF	269	80
INSS sobre terceiros	<u>48</u>	<u>64</u>
Total circulante	<u>781</u>	<u>630</u>
Imposto de renda e contribuição social	139	169
Pis e Cofins	<u>493</u>	<u>404</u>
Total não circulante	<u>632</u>	<u>573</u>

d) Reconciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social	8.440	3.703
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(2.870)	(1.259)
Adições permanentes	(267)	(246)
Exclusões permanentes	378	-
(-) Subvenções ref. ao lucro da exploração (*)	1.579	566
Outras (adições) exclusões	<u>70</u>	<u>63</u>

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Total dos impostos no resultado	(1.110)	(876)
IR e CSLL correntes	(1.247)	(886)
IR e CSLL diferidos	137	10

(*) Redução de 75% do IRPJ calculada sobre o lucro da exploração de toda a capacidade instalada pelo prazo de 10 anos, a contar a partir de 1/01/2014. Tal benefício é concedido pelo Governo Federal a empresas de setores considerados prioritários na área da SUDENE - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste.

Em 13 de maio de 2014 foi publicada a Lei 12.973 que: (i) revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) a partir de 2015, com a introdução de novo regime tributário; (ii) altera o Decreto-Lei nº 1.598/77 pertinente ao cálculo do imposto de renda da pessoa jurídica e a legislação sobre a contribuição social sobre o lucro líquido. O novo regime tributário previsto na Lei 12.973 passou a vigorar a partir de 2014, caso a entidade exercesse tal opção. Dentre os dispositivos, destacam-se alguns que dão tratamento à distribuição de lucros e dividendos, base de cálculo dos juros sobre o capital próprio e critério de cálculo da equivalência patrimonial durante a vigência do RTT. A Concessionária optou por adotar a Lei 12.973/14 a partir de janeiro de 2015.

7. PARTES RELACIONADAS

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia possui saldos provenientes de transações com as partes relacionadas conforme quadro abaixo:

<u>Parte relacionada</u>	<u>Transação</u>	<u>Relação</u>	<u>31 de dezembro de 2015</u>			
			<u>Ativo</u> <u>Circulante</u>	<u>Passivo</u> <u>Circulante</u>	<u>Patrimônio</u> <u>Líquido</u>	<u>Resultado</u>
PEX	Passagem pista AVI - PEX(**)	Ligada	653	-	-	-
INVEPAR	Nota de Débito(*)	Controladora	-	3.987	-	2.339
CART	Nota de Débito(*)	Ligada	2	-	-	-
INVEPAR	Juros sobre capital próprio	Controladora	-	855	-	-
ODEBRECHT	Juros sobre capital próprio	Acionista	-	80	-	-
ODEBRECHT	AFAC	Acionista	-	-	1.459	-
INVEPAR	AFAC	Controladora	-	-	15.711	-
INVEPAR	Dividendos	Controladora	-	376	-	-
ODEBRECHT	Dividendos	Acionista	-	35	-	-
	Total		<u>655</u>	<u>5.333</u>	<u>17.170</u>	<u>2.339</u>

<u>Parte relacionada</u>	<u>Transação</u>	<u>Relação</u>	<u>31 de dezembro de 2014</u>			
			<u>Ativo</u> <u>Circulante</u>	<u>Passivo</u> <u>Circulante</u>	<u>Passivo</u> <u>Não circulante</u>	<u>Patrimônio</u> <u>Líquido</u>
PEX	Passagem pista AVI - PEX(**)	Ligada	896	-	-	-
INVEPAR	Nota de Débito(*)	Controladora	-	4.328	-	3.318
CART	Nota de Débito(*)	Ligada	2	-	-	-
INVEPAR	Juros sobre capital próprio	Controladora	-	-	1.244	-
ODEBRECHT	Juros sobre capital próprio	Acionista	-	-	116	-
ODEBRECHT	AFAC	Acionista	-	-	-	1.459
INVEPAR	AFAC	Controladora	-	-	-	15.711
INVEPAR	Dividendos	Controladora	-	-	491	-
ODEBRECHT	Dividendos	Acionista	-	-	46	-
	Total		<u>898</u>	<u>4.328</u>	<u>1.897</u>	<u>17.170</u>
						<u>3.318</u>

(*) Rateio dos gastos incorridos comuns com a estrutura administrativa do grupo ao qual a Companhia pertence.

(**) Os valores referentes a PEX estão representados na rubrica de contas a receber.

A Companhia não possui qualquer dependência econômica, financeira ou tecnológica com fornecedores ou instituições com os quais mantém relação comercial.

Remuneração dos Administradores

Em 30 de abril de 2015, foi aprovado em Ata da Assembleia Geral Extraordinária, o montante máximo de remuneração global anual dos administradores de até R\$1.825.

As despesas referentes à remuneração do pessoal-chave da Administração, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, que incluem os membros do Conselho de Administração e Diretores Estatutários, está composta por honorários, gratificações, previdência privada, assistência médica, totalizaram R\$1.664 no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 (R\$1.339 em 31 de dezembro de 2014), conforme demonstrado a seguir:

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Honorários	883	725
Encargos	177	192
Bônus	466	315
Benefícios	<u>138</u>	<u>107</u>
Total	<u>1.664</u>	<u>1.339</u>

8. IMOBILIZADO

Segue abaixo a movimentação do imobilizado:

	<u>Taxas anuais de depreciação %</u>	<u>Saldos em 31/12/2014</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Saldos em 31/12/2015</u>
Custo					
Máquinas e equipamentos	10	1.145	5	-	1.150
Móveis e utensílios	10	695	32	(3)	724
Veículos	20	1.304	307	(280)	1.331
Equipamentos de informática	20	1.275	63	-	1.338
Outros	25	<u>15</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>15</u>
		<u>4.434</u>	<u>407</u>	<u>(283)</u>	<u>4.558</u>
Depreciação acumulada					
Máquinas e equipamentos		(1.035)	(16)	-	(1.051)
Móveis e utensílios		(336)	(56)	1	(391)
Veículos		(558)	(210)	172	(596)
Equipamentos de informática		(767)	(168)	-	(935)
Outros		<u>(7)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(7)</u>
		<u>(2.703)</u>	<u>(450)</u>	<u>173</u>	<u>(2.980)</u>
Imobilizado líquido		<u>1.731</u>	<u>(43)</u>	<u>(110)</u>	<u>1.578</u>

	Taxas anuais de depreciação %	Saldos em 31/12/2013	Adições	Baixas	Saldos em 31/12/2014
Custo					
Máquinas e equipamentos	10	1.133	16	(4)	1.145
Móveis e utensílios	10	596	107	(8)	695
Veículos	20	1.351	272	(319)	1.304
Equipamentos de informática	20	1.056	239	(20)	1.275
Outros	25	<u>15</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>15</u>
		<u>4.151</u>	<u>634</u>	<u>(351)</u>	<u>4.434</u>
Depreciação acumulada					
Máquinas e equipamentos		(1.021)	(15)	1	(1.035)
Móveis e utensílios		(290)	(48)	2	(336)
Veículos		(558)	(210)	210	(558)
Equipamentos de informática		(636)	(145)	14	(767)
Outros		<u>(7)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(7)</u>
		<u>(2.512)</u>	<u>(418)</u>	<u>227</u>	<u>(2.703)</u>
Imobilizado líquido		<u>1.639</u>	<u>216</u>	<u>(124)</u>	<u>1.731</u>

De acordo com o CPC 01, “Redução ao Valor Recuperável de Ativos”, os itens do ativo imobilizado, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração efetua análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos. A Companhia não identificou a necessidade de provisão para redução do valor do ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2015.

9. INTANGÍVEL

	Taxas anuais de amortização %	Saldos em 31/12/2014	Adições	Transferências	Saldos em 31/12/2015
Custo					
Software	20	936	43	-	979
Direito de concessão de serviços públicos	(*)	137.839	147	689	138.675
Intangível em andamento		<u>167</u>	<u>1.400</u>	<u>(689)</u>	<u>878</u>
		<u>138.942</u>	<u>1.590</u>	<u>-</u>	<u>140.532</u>
Amortização					
Software		(406)	(141)	-	(547)
Direito de concessão de serviços públicos		<u>(21.333)</u>	<u>(4.435)</u>	<u>-</u>	<u>(25.768)</u>
Total		<u>(21.739)</u>	<u>(4.576)</u>	<u>-</u>	<u>(26.315)</u>
Intangível líquido		<u>117.203</u>	<u>(2.986)</u>	<u>-</u>	<u>114.217</u>

	Taxas anuais de amortização %	Saldos em 31/12/2013	Adições	Transferência	Saldos em 31/12/2014
Custo					
Software	20	715	221	-	936
Direito de concessão de serviços públicos	(*)	101.066	1.721	35.052	137.839
Intangível em andamento		14.759	2.154	(16.746)	167
Compromissos para investimentos		<u>18.306</u>	<u>-</u>	<u>(18.306)</u>	<u>-</u>
Total		<u>134.846</u>	<u>4.096</u>	<u>-</u>	<u>138.942</u>
Amortização					
Software		(306)	(100)	-	(406)
Direito de concessão de serviços públicos		<u>(16.284)</u>	<u>(5.049)</u>	<u>-</u>	<u>(21.333)</u>
Total		<u>(16.590)</u>	<u>(5.149)</u>	<u>-</u>	<u>(21.739)</u>
Intangível líquido		<u>118.256</u>	<u>(1.053)</u>	<u>-</u>	<u>117.203</u>

(*) A amortização do direito de concessão é linear de acordo com o prazo restante para o final da concessão, conforme contrato de utilização de bem público firmado entre a Companhia e o Departamento de Infraestrutura de Transporte da Bahia - DERBA e Aditivos de Reequilíbrio firmados em 27 de abril de 2005 e 14 de maio de 2015 (ver nota explicativa nº 1).

De acordo com o CPC 01, “Redução ao Valor Recuperável de Ativos”, os itens do ativo intangível, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração efetua análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos. A Companhia não identificou a necessidade de provisão para redução do valor do ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2015.

10. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

<u>Instituição financeira</u>	<u>Moeda</u>	<u>Encargos anuais</u>	<u>Vencimento</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
HSBC	Reais	CDI+1,51%	Abr/2016	2.664	7.941
BNB - FNE - Proinfra	Reais	9,5%	Nov/2017	7.142	10.536
BNB - FNE - Proinfra II	Reais	4,12%	Dez/2024	<u>35.615</u>	<u>35.615</u>
				45.421	54.092
(-) Custos de captação				<u>(449)</u>	<u>(477)</u>
				44.972	53.615
Circulante				6.179	8.753
Não circulante				38.793	44.862

	<u>31/12/2014</u>	<u>Amortização</u>		<u>Juros</u>	<u>Transferência</u>	<u>Custo de</u>	<u>31/12/2015</u>
		<u>Principal</u>	<u>Juros*</u>	<u>incorridos</u>		<u>captação</u>	
Passivo Circulante							
BNB - FNE - Proinfra I e II	3.423	(3.382)	(1.948)	1.936	3.490	-	3.519
HSBC	5.358	(5.167)	(877)	767	2.583	-	2.664
Custos de captação	<u>(28)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(4)</u>	<u>28</u>	<u>(4)</u>
	<u>8.753</u>	<u>(8.549)</u>	<u>(2.825)</u>	<u>2.703</u>	<u>6.069</u>	<u>28</u>	<u>6.179</u>
Passivo Não Circulante							
BNB - FNE - Proinfra I e II	42.728	-	-	-	(3.490)	-	39.238
HSBC	2.583	-	-	-	(2.583)	-	-
Custos de captação	<u>(449)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>4</u>	<u>-</u>	<u>(445)</u>
	<u>44.862</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(6.069)</u>	<u>-</u>	<u>38.793</u>
Total de empréstimos e financiamentos	<u>53.615</u>	<u>(8.549)</u>	<u>(2.825)</u>	<u>2.703</u>	<u>-</u>	<u>28</u>	<u>44.972</u>

	<u>31/12/2013</u>	<u>Captações</u>	<u>Amortização</u>		<u>Juros</u>	<u>Transferência</u>	<u>31/12/2014</u>
			<u>Principal</u>	<u>Juros*</u>	<u>incorridos</u>		
Passivo Circulante							
BNB - FNE - Proinfra I e II	3.360	-	(3.311)	(1.412)	1.404	3.382	3.423
HSBC	5.413	-	(5.167)	(1.335)	1.280	5.167	5.358
BRADESCO	1.961	2.886	(4.827)	(224)	204	-	-
VOTORANTIM	3.208	2.200	(5.390)	(349)	331	-	-
Mútuo INVEPAR	-	20.876	(20.876)	(805)	805	-	-
Custos a Amortizar	<u>(64)</u>	<u>64</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(28)</u>	<u>(28)</u>
	<u>13.878</u>	<u>26.026</u>	<u>(39.571)</u>	<u>(4.125)</u>	<u>4.024</u>	<u>8.521</u>	<u>8.753</u>
Passivo Não Circulante							
BNB - FNE - Proinfra I e II	10.499	35.611	-	-	-	(3.382)	42.728
HSBC	7.750	-	-	-	-	(5.167)	2.583
Custos a Amortizar	<u>(477)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>28</u>	<u>(449)</u>
	<u>17.772</u>	<u>35.611</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(8.521)</u>	<u>44.862</u>
Total de empréstimos e financiamentos	<u>31.650</u>	<u>61.637</u>	<u>(39.571)</u>	<u>(4.125)</u>	<u>4.024</u>	<u>-</u>	<u>53.615</u>

*Os juros pagos estão classificados como fluxo de caixa das atividades de financiamento.

Segue abaixo a composição dos empréstimos, financiamentos e debêntures de longo prazo por ano de vencimento:

<u>Ano</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
2016	-	9.699
2017	10.241	6.844
2018	4.200	4.200
2019 em diante	<u>24.352</u>	<u>24.352</u>
Total	<u>38.793</u>	<u>44.862</u>

Os recursos captados junto ao Banco do Nordeste do Brasil (BNB) são oriundos do Programa de Financiamento à Infraestrutura Complementar da Região Nordeste - FNE-PROINFRA, estão sendo amortizados em parcelas mensais desde dezembro de 2007, incidindo juros de 9,5% a.a. com bônus de adimplência de 15%. Em 2014, foi captado o montante de R\$35.611 junto ao BNB - FNE - PROINFRA II com vencimento em 30 de dezembro de 2024. Sobre o seu principal incidirão juros de 4,12% a.a. com bônus de adimplência de 15% que durante o período de carência fixado em 36 meses serão pagos trimestralmente, no dia 30 de cada mês. Após este período serão pagos juros mensalmente junto com as parcelas de principal.

Os juros referentes aos recursos captados junto ao HSBC Bank Brasil S.A - Banco Múltiplo, serão amortizados semestralmente e o principal, após 02 anos de carência, a uma taxa pré-fixada de 1,51% a.a. e encargos indexados à 100% do CDI da Câmara de Custódia e Liquidação - CETIP. Os custos de transação do referido financiamento foi no montante de R\$533 mil que estão sendo amortizados linearmente no prazo do empréstimo.

Em 24 de março de 2014, foi celebrado Contrato de Mútuo Mediante Abertura de Crédito com a Invepar e o Banco do Nordeste do Brasil S.A no montante de até R\$21.000, liquidado em 08 de agosto de 2014.

Garantias:

- a) O 1º e 2º financiamento do Banco do Nordeste do Brasil é garantido pelo penhor de ações ordinárias e fiança da controladora Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR, bem como a vinculação de recebíveis da receita total diária da arrecadação de pedágio, cessão de indenização em caso de perda de arrecadação e fundo de liquidez equivalente a aproximadamente 10% do saldo devedor no montante de R\$2.543 para o 1º financiamento e, R\$1.634, equivalente a 03 (três) parcelas de maior valor, para o 2º financiamento;
- b) O financiamento do HSBC Bank Brasil S.A - Banco Múltiplo e como garantia o Aval da controladora INVEPAR.

11. PROVISÃO PARA RISCOS

Com base na opinião de seus consultores jurídicos, a Companhia realizou a análise das demandas judiciais pendentes e, com base na experiência referente às quantias reivindicadas, constituíram provisão em montante considerado suficiente para cobrir os desembolsos estimados com as ações em curso, como segue:

<u>Natureza dos riscos</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>31/12/2015</u>
Trabalhistas (a)	88	65	-	153
Cíveis (b)	<u>51</u>	<u>2</u>	<u>(4)</u>	<u>49</u>
	<u>139</u>	<u>67</u>	<u>(4)</u>	<u>202</u>

<u>Natureza dos riscos</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>31/12/2014</u>
Trabalhistas (a)	95	9	(16)	88
Cíveis (b)	<u>25</u>	<u>26</u>	<u>-</u>	<u>51</u>
	<u>120</u>	<u>35</u>	<u>(16)</u>	<u>139</u>

a) Riscos trabalhistas

São parte em processos de natureza trabalhista movidos por ex-funcionários, cujos objetos importam, em sua maioria, em pedidos de reintegração, horas extraordinárias, equiparação salarial, dentre outros.

b) Riscos cíveis

São parte em processos cíveis, movidos por clientes, principalmente em decorrência de incidentes ocorridos nos sistemas rodoviário.

Riscos possíveis

A Companhia é ré em processos de natureza cível, trabalhista e tributário, sobre os quais seus consultores jurídicos entendem como possíveis as probabilidades de perda. Amparada na opinião de seus consultores jurídicos, não foi efetuada provisão para contingências com esta avaliação, conforme quadro abaixo:

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Trabalhistas	214	267
Cíveis	8.266	5.922
Tributários	452	452
Ambiental	<u>107</u>	<u>107</u>
	<u>9.039</u>	<u>6.748</u>

Além dos processos acima, a Companhia vem discutindo judicialmente processo referente a vias de acesso “alternativas” (rotas de fuga) municipais, conforme descrito na nota explicativa no. 1.b.

Depósitos judiciais

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia mantém depósitos judiciais distribuídos conforme quadro abaixo:

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Trabalhistas	91	91
Cíveis	6	9
Tributários	<u>728</u>	<u>597</u>
	<u>825</u>	<u>697</u>

A Companhia vem depositando em juízo PIS e COFINS referentes aos processos judiciais.

12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 é de R\$31.394 e está representado por 31.393.516 ações sem valor nominal, sendo 10.467.476 ordinárias e 20.926.040 preferenciais classe A, que para efeito de subscrição têm valor nominal de R\$1,00 (um real) cada. O capital social autorizado é de 32.000.000 de ações.

Aos acionistas é garantido, estatutariamente, dividendo mínimo de 25% do lucro líquido ajustado na forma da Lei das Sociedades por Ações. As ações preferenciais classe A, que não têm direito a voto e não são conversíveis em ordinárias, fazem jus às seguintes vantagens:

- i) Participação em igualdade de condições com as ações ordinárias no recebimento do dividendo apurado de acordo com o artigo 202 da Lei nº 6.404/76.
- ii) Direito a dividendo mínimo de R\$0,01 (um centavo de real) por lote de mil ações.
- iii) Participação em igualdade de condições com as ações ordinárias nos aumentos de capital decorrentes da capitalização de reservas de qualquer natureza.
- iv) Direito integral a todas as bonificações e desdobramentos que venham a ser deliberados a partir da data da respectiva subscrição, sempre em ações da mesma classe das bonificadas ou desdobradas.
- v) Prioridade no reembolso de capital no caso de liquidação da Companhia sem prêmio.

A composição acionária da Companhia em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 está assim constituída:

<u>Acionistas</u>	<u>Ações</u>		
	<u>Ordinárias</u>	<u>Preferenciais</u>	<u>Total</u>
Investimentos e Participações em Infra-Estrutura S.A. - INVEPAR	10.463.020	18.257.592	28.720.612
Odebrecht Transport S.A. - OTP	-	2.668.448	2.668.448
Outros	4.456	-	4.456
Total	<u>10.467.476</u>	<u>20.926.040</u>	<u>31.393.516</u>

Em 27 de março de 2015, foi proposto em ATA da RCA e aprovado pela administração, que os dividendos obrigatórios e os dividendos adicionais declarados pela Assembleia Geral não sejam pagos tendo em vista os compromissos operacionais e financeiros de longo prazo assumidos pela Companhia.

b) Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC

<u>Acionistas</u>	<u>31/12/2015 e 31/12/2014</u>
INVEPAR	15.711
Construtora Norberto Odebrecht S.A. - CNO	<u>1.459</u>
	<u>17.170</u>

O adiantamento para futuro aumento de capital foi originado de contratos de mútuo celebrados com as investidoras, os quais foram convertidos a valor histórico em AFAC depois de autorizado pelo Conselho de Administração da Companhia.

Conforme a cláusula 2ª do instrumento de conversão, o valor convertido para AFAC não poderá ser devolvido ou creditado para quitação, no seu valor parcial ou total.

c) Reserva de lucros

(i) Reserva legal

A reserva legal é constituída com destinação de 5% do lucro líquido do exercício, até alcançar 20% do capital social, e sua utilização está restrita à compensação de prejuízos, após terem sido absorvidos os saldos de lucros acumulados e das demais reservas de lucros, e ao aumento do capital social a qualquer momento a critério da Companhia. Em 31 de dezembro de 2015 essa reserva montava a R\$1.151.

(ii) Reserva especial

Em 31 de dezembro de 2015, a reserva especial totalizava R\$13.195 a ser utilizada a critério da Companhia.

Em 1º de junho de 2015 foi realizada a reversão dos dividendos mínimos obrigatórios em R\$537 para a conta de reserva especial no patrimônio líquido, conforme ata da AGO em 30 de abril de 2015.

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Lucro líquido do exercício	7.330	2.827
(-) Subvenções referente ao lucro da exploração	<u>(1.579)</u>	<u>(566)</u>
Lucro antes da destinação	<u>5.751</u>	<u>2.261</u>
Reserva legal - 5%	367	113
Dividendo mínimo obrigatório - 25%*	1.346	537
JSCP a distribuir	935	-
IR s/ JSCP a distribuir	165	-
Complemento dividendo mínimo obrigatório adicional- 25%	411	-
Reserva especial	3.873	1.611

(*) Dividendos mínimos obrigatórios de R\$1.346 está dividido entre R\$935 de JSCP líquido de IR e R\$411 de complemento dividendo mínimo obrigatório.

d) Outras reservas

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia possuía ainda reserva de lucro de incentivos fiscais referente a lucro de exploração no montante de R\$2.526 (R\$777 em dezembro de 2014) e reserva de capital no montante de R\$777 (R\$777 em dezembro de 2014) vinculadas a incentivos fiscais (redução de imposto de renda).

13. RECEITA, CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

A Companhia apresentou suas demonstrações dos resultados findos 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 por função e apresenta, a seguir, o detalhamento por natureza:

<u>Receitas</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Receita de pedágio	49.234	46.483
ISS	(2.457)	(2.323)
PIS	(321)	(302)
COFINS	<u>(1.481)</u>	<u>(1.396)</u>
Receita líquida de serviços	44.975	42.462
Receita de construção	<u>1.547</u>	<u>22.166</u>
Receita Total	<u>46.522</u>	<u>64.628</u>
<u>Custos e despesas por natureza</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Pessoal e encargos	(11.727)	(10.557)
Conservação e manutenção	(8.686)	(5.101)
Comunicação, marketing e publicidade	(271)	(353)
Seguros e garantias	(309)	(264)
Serviços de terceiros	(2.733)	(2.605)
Veículos	(522)	(549)
Consultoria e assessoria	(1.078)	(1.289)
Aluguéis e impostos	(212)	(220)
Energia elétrica	(263)	(192)
Provisão para riscos	2	-
Serviços compartilhados (a)	(2.339)	(3.318)

<u>Custos e despesas por natureza</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Depreciação e amortização	(5.026)	(5.567)
Custo de construção	(1.534)	(21.947)
Outros	<u>(1.624)</u>	<u>(5.849)</u>
	<u>(36.322)</u>	<u>(57.811)</u>
Custo de serviços prestados	(24.492)	(25.062)
Despesas gerais e administrativas	(10.306)	(10.919)
Outras receitas e despesas operacionais	10	117
Custo de construção	<u>(1.534)</u>	<u>(21.947)</u>
	<u>(36.322)</u>	<u>(57.811)</u>

- (a) Refere-se basicamente a rateio dos gastos incorridos comuns às partes relacionadas, incluindo gastos com a estrutura administrativa do grupo INVEPAR ao qual a Companhia pertence, que estão sendo compartilhadas entre as empresas através de critérios de rateio que consideram, por exemplo, histórico do uso efetivo de determinado recurso compartilhado por cada uma das partes, quantidade de colaboradores de cada parte que terão acesso a determinado recurso compartilhado e aferição do uso efetivo de determinado recurso compartilhado (ver nota explicativa nº7).

14. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Receitas financeiras		
Juros sobre aplicações financeiras	935	327
Variação monetária ativa	<u>52</u>	<u>136</u>
Total das receitas financeiras	<u>987</u>	<u>463</u>
Despesas financeiras		
Comissões e despesas bancárias	(16)	(358)
Juros passivos sobre empréstimos	(2.703)	(3.219)
Outros	<u>(28)</u>	<u>-</u>
Total das despesas financeiras	<u>(2.747)</u>	<u>(3.577)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(1.760)</u>	<u>(3.114)</u>

15. RESULTADO POR AÇÃO

O cálculo básico do resultado por ação é feito através da divisão do resultado do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o período.

Os quadros abaixo apresentam os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos resultados básico e diluído por ação:

	31/12/2015			31/12/2014		
	<u>Ordinárias</u>	<u>Preferenciais</u>	<u>Total</u>	<u>Ordinárias</u>	<u>Preferenciais</u>	<u>Total</u>
Numerador básico						
Lucro Líquido do exercício atribuído aos acionistas da Companhia	2.443	4.887	7.330	942	1.885	2.827
Denominador básico e diluído						
Média ponderada de ações (milhares)	<u>10.467</u>	<u>20.927</u>	<u>31.394</u>	<u>10.467</u>	<u>20.927</u>	<u>31.394</u>
Resultado básico e diluído por ação - em Reais	<u>0,233</u>	<u>0,233</u>		<u>0,090</u>	<u>0,090</u>	

16. SEGUROS

A Companhia mantém seguro garantia e seguro contra danos materiais, perda de receita, responsabilidade civil e seguro auto frota, conforme demonstrado abaixo:

<u>Modalidade</u>	<u>Cobertura</u>	<u>Vigência</u>	<u>Seguradora</u>	<u>Objeto</u>
Seguro garantia	5.011	23/02/15 a 23/02/16	Austral	(a)
Responsabilidade civil geral	56.273	01/08/15 a 01/08/16	Allianz	(b)
Resp. Civil Administradores D&O	100.000	21/09/15 a 21/09/16	XL Seguros Brasil	(c)
Riscos operacionais	280.000	01/08/15 a 01/08/16	Bradesco Seguros	(d)
Auto frota	Tabela fipe	18/11/15 a 18/11/16	Itaú	(e)
Auto frota	Tabela fipe	20/10/15 a 20/10/16	Itaú	(e)

- a. Garantir a execução das obrigações firmadas assumidas pela Companhia no Contrato de Concessão Remunerada de Uso de Bem Público nº 002/00, firmado em 21 de fevereiro de 2000.
- b. Garantir, até o limite máximo da importância segurada, o pagamento de indenizações ao segurado das quantias pelas quais ele vier a ser responsabilizado civilmente, em sentença judicial transitada em julgado ou em acordo autorizado de modo expresse pela seguradora, relativas a reparações por danos corporais, danos materiais e prejuízos causados a terceiros.
- c. Garantir, até o limite máximo da importância segurada, para Conselheiros, Diretores e/ou Administradores (D&O), nos casos de danos a reputação, custos de investigação, bloqueio de conta corrente, avalistas e fiadores, práticas trabalhistas indevidas, danos morais, danos corporais e materiais, erros e omissões, responsabilidade por tributos, o pagamento de indenizações ao segurado das quantias pelas quais ele vier a ser responsabilizado civilmente.
- d. Garantir, em cada acidente, os prejuízos que o segurado venha a sofrer pertinentes a cobertura contratada e expressamente identificada na apólice, pela ocorrência dos riscos descritos e particularizados nessas condições gerais, condições especiais e/ou particulares, observados os limites máximos de indenização fixados para cada cobertura e as disposições legais e demais condições contratuais aplicáveis.

- e. Garantir, em caso de sinistro, prejuízos que a frota segurada venha a sofrer, pertinentes a cobertura contratada e expressamente identificada na apólice, incluindo os valores de franquias, pela ocorrência dos riscos descritos e particularizados nas condições gerais, condições especiais e/ou particulares, observados os limites máximos de indenização fixados para cada cobertura e as disposições legais e demais condições contratuais aplicáveis.

O escopo dos trabalhos de nossos auditores independentes não inclui a revisão sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração da Companhia e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

17. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E CONCENTRAÇÃO DE RISCO

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode gerar alterações nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado, bem como na avaliação da situação econômico-financeira das instituições envolvidas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Os valores constantes nas contas do ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 correspondem, aproximadamente, ao seu valor de mercado. Esses valores estão representados substancialmente por caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, aplicações financeiras vinculadas e empréstimos e financiamentos e fornecedores.

	31/12/2015		31/12/2014	
	<u>Valor justo</u>	<u>Custo amortizado</u>	<u>Valor justo</u>	<u>Custo amortizado</u>
<u>Instrumentos financeiros</u>				
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	3.331	-	4.983	-
Aplicação financeira	4.167	-	2.650	-
Créditos a receber	-	1.601	-	1.075
Parte relacionada	-	<u>2</u>	-	<u>2</u>
Total do ativo	<u>7.498</u>	<u>1.603</u>	<u>7.633</u>	<u>1.077</u>
Passivos				
Fornecedores	-	2.643	-	3.755
Parte relacionada	-	3.987	-	4.328
Empréstimos e financiamentos	-	<u>44.972</u>	-	<u>53.615</u>
Total do passivo	-	<u>51.602</u>	-	<u>61.698</u>

A operação da Companhia está sujeita aos fatores de riscos abaixo descritos:

a) Critérios, premissas e limitações utilizadas no cálculo dos valores de mercado

Os valores de mercado informados não refletem mudanças subsequentes na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de tributos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor de mercado:

a. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seus valores de mercado idênticos aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras, os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor de mercado.

b. Contas a receber

O risco de crédito do cliente é administrado por cada unidade de negócios, estando sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecida pelo grupo em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. A qualidade do crédito do cliente é avaliada com base em um sistema interno de classificação de crédito extensivo.

A necessidade de uma provisão para perda por redução ao valor recuperável é analisada a cada data reportada em base individual para os principais clientes. O cálculo é baseado em dados históricos efetivos.

c. Empréstimos e financiamentos

O valor de mercado não foi determinado pelas seguintes razões: (i) não são objeto de transação em nenhum mercado; e (ii) eventuais antecipações de pagamentos (pré-pagamentos) só podem ser feitas mediante aprovação do credor e pelo saldo devedor atualizado pela taxa e indicadores especificados nos contratos.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia possui aplicações financeiras expostas a taxas de juros flutuantes. As taxas de juros nas aplicações financeiras são, em sua maioria, vinculadas à variação do CDI. Adicionalmente, a Companhia está exposta ao risco de que uma variação de taxas de juros flutuantes cause um aumento nas obrigações contratadas com pagamentos de juros futuros. A dívida está sujeita, principalmente, à variação das taxas pré-fixadas em reais e da variação do CDI.

c) Concentração de risco de crédito

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito consistem, primariamente, de caixa, bancos e aplicações financeiras. A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras em diversas instituições financeiras, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

d) Operação de derivativos

A Companhia adota uma política conservadora em relação a derivativos, fazendo uso desses instrumentos somente se houver necessidade de proteção de passivos, seja de natureza operacional ou financeira, ou ainda, de algum ativo. Adicionalmente, os valores destas operações são dimensionados e limitados para cumprir apenas com essa finalidade, sendo vedada a alavancagem através de tais operações. Em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, a Companhia não possuía operações com hedge ou derivativos.

e) Hierarquia de valor justo

A Companhia somente detém instrumentos financeiros qualificados no nível 2, correspondentes à aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos, nos valores de R\$4.167 (NE 4.) e R\$44.972 (NE 10.), respectivamente em 31 de dezembro de 2015.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

Nível 1: preços cotados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham um efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente.

Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis de mercado.

f) Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira e nas taxas de juros

Abaixo está demonstrada uma análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros que representam risco para a Companhia. O cenário provável representa o valor justo dos instrumentos financeiros, considerando a projeção das variáveis de risco para um período de 12 meses.

As taxas consideradas foram:

<u>Indicador</u>	<u>Cenário I provável</u>	<u>Cenário A</u>	<u>Cenário B</u>
DI ativo (% ao ano)	13,88%	10,41%	6,94%
DI passivo (% ao ano)	13,88%	17,35%	20,82%
SELIC (% ao ano)	14%	10,50%	7%
IPCA (% ao ano)	7,69%	5,77%	3,85

Operação	Risco	31/12/2015	Cenário		
			provável	Cenário A	Cenário B
<u>Ativo financeiro circulante</u>					
Equivalente de caixa					
Certificados de Depósito Bancário - CDB	DI	2.620	364	273	182
Aplicações financeiras					
Fundo mover					
Letras financeiras do tesouro - LFT	SELIC	494	69	52	35
Títulos públicos federais - NTN	IPCA	40	3	2	2
Certificado de depósitos bancários - CDB	DI	499	69	52	35
Debêntures	DI	591	82	62	41
Certificado de depósitos bancários - CDB	DI	2.543	353	265	176
<u>Passivo financeiro</u>					
Empréstimos e financiamento - HSBC	DI	2.664	370	462	555

g) Gestão do capital

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora os retornos sobre capital e procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável.

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Empréstimos e financiamentos	44.972	53.615
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	<u>(7.498)</u>	<u>(7.633)</u>
Dívida líquida	37.474	45.982
Patrimônio líquido	<u>66.358</u>	<u>59.687</u>
Patrimônio líquido e dívida líquida	<u>103.832</u>	<u>105.669</u>

18. TRANSAÇÕES NÃO CAIXA

A Companhia possui no exercício a transação não caixa abaixo que foi excluída do fluxo de caixa. Esta transação é referente a provisão para investimentos em ampliação e renovação da rodovia:

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Aquisição de imobilizado ainda não liquidada financeiramente (Fornecedores)	18	200
Aquisição de intangível ainda não liquidada financeiramente (Fornecedores)	16	1.411

19. EVENTOS SUBSEQUENTES

No dia 18 de abril de 2016, as tarifas de pedágio da Companhia foram reajustadas, conforme Resolução AGERBA nº 07, de 13 de abril de 2016. As tarifas básicas passaram a ser: Dias Úteis = R\$6,00; Feriados e Finais de Semana = R\$9,00.

Em 19 de abril de 2016, a Companhia realizou o pagamento da última parcela de juros e principal do empréstimo do HSBC no valor de R\$2.327, desta forma o empréstimo será liquidado.
